

Denunciar também dá cana

Categories : [Marcos Sá Corrêa](#)

Bons tempos, aqueles em que a corrupção se contentava entre nós com a simples impunidade. Ela agora aprendeu a revidar. E, pelo menos no Paraná, acaba de trancar na cadeia a engenheira agrônoma Elma Nery de Lima Romanó, que até agora só é suspeita de denunciá-la.

Romanó foi presa há duas semanas, como chefe de uma quadrilha que vendia licenças para o corte ilegal de araucárias em Ponta Grossa, no interior do Paraná. A máfia comercializava papéis falsos entre empresas madeireiras e proprietários de terras. Era uma fábrica de desmatamento. Funcionava, há anos, no escritório local do Instituto Ambiental do Paraná. Sua tabela de propinas ia de 10 a 30 mil reais. Arrombou, no município, 27 mil metros quadrados de clareiras. Condenou pelo menos 36 mil pés de araucária, árvore que é símbolo do estado em vários sentidos, inclusive o de seu fracasso em conservar a espécie nativa que botou na bandeira. Rendeu, em madeira, 8 milhões de reais, pelas contas da polícia.

Riscos do ofício

Desmontá-la custou oito meses de investigações. Custaria menos, se o governo estadual tomasse as providências pedidas há dois anos pela funcionária do Instituto Ambiental do Paraná, que ele mesmo mandou à Ponta Grossa para desratizar o escritório regional. Essa funcionária era Elma Romanó.

Ela assumiu o cargo 2004. Vinha do Ministério Público estadual. Tinha fama de incorruptível e quase 30 anos de serviço. Em 2006, recebeu da Câmara de Vereadores o título de cidadã-honorária pontagrossense, o que não quer dizer nada, mas consta de seu currículo. Como chefe do escritório, fez sindicâncias contra fiscais, empresários, fazendeiros, ONGs e policiais militares como traficantes de autorizações frias para o bota-abaixo.

Suas denúncias subiam às esferas competentes, e lá ficavam. No ano passado, farta de esperar pela resposta dos superiores no instituto ou na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, ela relatou, em carta ao governador Roberto Requião, o caso de Ponta Grossa. Requião leu a carta no “Escola de Governo”, seu programa radiofônico das manhãs de terça-feira. No ar, mandou sua administração acabar com aquilo. E nada aconteceu.

Em junho, Romanó demitiu-se. Transferiu-se à Ferroeste, a estatal dos trens paranaenses. No novo emprego, entrou em crise depressiva. Tirou, desde setembro, duas licenças médicas. Estava num hospital nos arredores de Curitiba, com cateter de soro no braço, ao ser presa, no dia 23.

O seu foi um dos nove mandados de prisão que resultaram da Operação Florestal Negra, a devassa policial da quadrilha de Ponta Grossa. Dos oito detidos, três indicados já estão soltos.

Dois são donos de madeireiras. O terceiro é engenheiro florestal.

Mas o pedido de habeas-corpus para Romanó foi indeferido pelo Tribunal de Justiça. O advogado de defesa, Dálio Zippin, diz que ela foi “vítima do esquema que denunciou”. Ambientalistas paranaenses lançaram, em coro, um protesto, pondo a mão no fogo por sua inocência. Como patrono de uma campanha para preservação das araucárias no Paraná, o veterinário Clóvis Borges, da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem, garante que ela caiu numa arapuca, armada pelos falsários cujos negócios atazanou. Seja como for, Romanó já é um sinal de que o Brasil anda meio esquisito.